

EXERCÍCIO DO DIREITO À LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome / Razão Social:

Endereço do Escritório / Serviço perante o qual se exerce o direito de acesso:

Rua/Praça

....., n.º
..... Código postal, localidade
.....

DADOS DO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL

Sr./Sra.

.....,
maior de idade, com domicílio na Rua/Praça
..... n.º
....., localidade, província
....., C.P., com N.I.F. n.º
..... e correio eletrónico
..... por meio do presente escrito
direito à limitação do tratamento, em conformidade com o previsto
no artigo 18.º do Regulamento UE 2016/679, Regulamento Geral
de Proteção de Dados (RGPD).



SOLICITA

Que seja limitado o tratamento dos meus dados pessoais, tendo em consideração que:

- O tratamento é ilícito e oponho-me à sua eliminação.
- O responsável já não necessita dos meus dados pessoais para as finalidades para as quais foram recolhidos, mas eu necessito deles para a formulação, o exercício ou a defesa dos meus direitos.

Que o meu pedido seja atendido, nos termos acima expostos, no prazo de um mês, e que esta limitação seja comunicada a cada um dos destinatários a quem esse responsável pelo tratamento tenha comunicado os meus dados pessoais.

Recomenda-se que o presente formulário seja acompanhado de um documento no qual sejam expostos, de forma detalhada, todos os dados que permitam identificar o objeto da sua pretensão.

Em a de de 20.....

Assinado



INSTRUÇÕES

1. Este modelo será utilizado pelo titular que pretenda solicitar ao responsável que limite o tratamento dos seus dados pessoais quando se verifique alguma das seguintes situações:

- O tratamento dos seus dados pessoais é ilícito e o titular opõe-se ao apagamento dos seus dados pessoais.
- O responsável já não necessita dos dados pessoais para as finalidades do tratamento, mas o titular necessita deles para a formulação, o exercício ou a defesa dos seus direitos.

2. O requerente deverá estar suficientemente identificado no pedido, que deverá estar assinado. Se o pedido for formulado por terceiro, deverá ser comprovada oportunamente a representação outorgada para esse efeito. Deve saber que, quando o responsável pelo tratamento tiver dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, poderá solicitar que sejam fornecidas as informações adicionais necessárias para confirmar a sua identidade.

3. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode facultar os dados de contacto dos Delegados de Proteção de Dados das entidades obrigadas a designar um que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode facultar estes dados de contacto relativamente às entidades que tenham designado um Delegado de forma voluntária e o tenham comunicado.



4. O titular dos dados pessoais objeto de tratamento deve dirigir-se diretamente ao organismo público ou privado, empresa ou profissional de quem presume ou tem a certeza de que possui os seus dados.

5. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados possa tramitar a sua reclamação no caso de não ter sido atendido o seu pedido de exercício do direito à limitação do tratamento no prazo máximo de um mês, é necessário que apresente algum dos seguintes documentos:

- A recusa do responsável pelo tratamento à limitação do tratamento dos dados solicitados.
- Cópia carimbada pelo responsável pelo tratamento do modelo de pedido de limitação do tratamento.
- Cópia do modelo de pedido de limitação do tratamento carimbado pelos correios ou cópia do recibo do envio por correio registado.
- Quaisquer outros meios de prova facultados pelo responsável pelo tratamento dos quais se possa deduzir a receção do pedido.